



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete da Prefeita

Of. Nº 1.752/2013

MOCOCA, 24 de setembro de 2013

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA - PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RÚBRICA
3333	25/09/13	
14.35hs		

Senhor Presidente:

Pelo presente, encaminhamos o anexo Projeto de Lei para análise e votação dessa Douta Câmara, nos termos do artigo 39 da Lei Orgânica do Município, em caráter de urgência urgentíssima, e em Sessão Extraordinária, se necessário, pelos seguintes motivos:

Visa o presente Projeto de Lei autorizar o Departamento de Finanças a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.475.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais) destinado a atender insuficiência de dotação orçamentária para o exercício de 2013.

Cumpre-nos destacar que este Projeto de Lei trata de suplementação de dotação orçamentária para despesas diversas da Administração Municipal.

Em resumo visa a aquisição de merenda escolar para as escolas da rede municipal, de concreto betuminoso e emulsão asfáltica para a execução da operação tapa-buracos e recuperação de vias de nosso Município, além da compra de medicamentos para a Farmácia do Povo.

Outras despesas também serão contempladas, tais como: pagamento de pessoal decorrente de terceirização, de estagiários, convênios com a Santa Casa, internação de dependentes químicos, dentre outras.

Os recursos para a cobertura dos créditos requeridos são provenientes do excesso de arrecadação demonstrado pelos resultados alcançados até o segundo quadrimestre deste exercício somado às receitas estimadas até o final do ano.

Reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

MARIA EDNA GOMES MAZIERO  
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.  
GUILHERME DE SOUZA GOMES  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa  
MOCOCA – SP





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete da Prefeita

PROJETO DE LEI Nº 111 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

**Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.**

**MARIA EDNA GOMES MAZIERO**, Prefeita Municipal de Mococa.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia ....., aprovou Projeto de Lei nº ...../2013, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal de Mococa, a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 20.475.000,00** (vinte milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais), destinado a atender insuficiência de dotação orçamentária para o exercício de 2.013, conforme discriminação abaixo:

<b>3.3.90.30.00</b>	<b>MATERIAL DE CONSUMO</b>	
12.306.0009.2.000	MERENDA ESCOLAR NÃO PERECÍVEIS, CARNE E HORTIFRUTIGRANJEIROS	1.205.000,00
15.452.0017.2.000	CONCRETO BETUMINOSO E EMULSÃO	1.000.000,00
<b>3.3.90.32.00</b>	<b>MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÕES GRATUITAS</b>	
10.302.0015.2.000	MEDICAMENTOS	3.000.000,00
<b>3.3.90.34.00</b>	<b>OUTRAS DESPESAS PESSOAL DECORR. TERCEIRIZAÇÃO</b>	
10.302.0035.2.000	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	7.170.000,00
<b>3.3.90.36.00</b>	<b>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA</b>	
04.122.0002.2.000	ESTAGIÁRIOS	550.000,00
<b>3.3.90.39.000</b>	<b>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA</b>	
15.451.0021.2.000	CIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA, SABESP E TELESP	1.300.000,00
10.302.0015.2.000	SANTA CASA CONVÊNIO Nº 051/2010	3.625.000,00
15.452.0017.2.000	HORAS MÁQUINAS	1.000.000,00
10.302.0015.2.000	INTERNAÇÃO DEPENDENTES QUÍMICOS	1.000.000,00
<b>3.3.90.47.00</b>	<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (PASEP)</b>	
28.846.0000.0.000	PASEP MENSAIS (1%)	500.000,00
<b>4.6.90.71.00</b>	<b>PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO</b>	
28.843.0000.0.000	F.G.T.S. PARCELAMENTO	125.000,00
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.475.000,00</b>

Art. 2º - Consideram-se recursos, para cobertura dos créditos do artigo anterior, os provenientes de excesso de arrecadação.

Parágrafo Único – Entende-se por excesso de arrecadação, para fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 24 de setembro de 2013.

**APROVADO**

Em 12 Discussão por 14 FAVORÁVEL  
Sessão 14/10/2013

GUILHERME DE SOUZA GOMES  
PRESIDENTE

MARIA EDNA GOMES MAZIERO  
Prefeita Municipal

**APROVADO**

Em 25 Discussão por 14 FAVORÁVEL  
Sessão 14/10/2013

GUILHERME DE SOUZA GOMES  
PRESIDENTE

# PEDIDO DE VISTA

Vereador: Francisco Sales

Sala das Sessões 7/10/13

GUILHERME DE SOUZA GOMES  
PRESIDENTE

APPROVADO

Em Discussão por

Sessão 12.01

Em 12.01.13

Em 12.01.13

APPROVADO

Em Discussão por

Sessão 12.01

Em 12.01.13

Em 12.01.13



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.265, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do  
Município de Mococa, para o Exercício de  
2.013.

**DR. ANTÔNIO NAUFEL**, Prefeito Municipal de Mococa,

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Mococa, em  
Sessão realizada no dia 10 de dezembro de 2012, aprovou  
Projeto de Lei nº. 058/2012, e eu sanciono e promulgo a  
seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Mococa para o  
exercício financeiro de 2.013, estima a Receita e fixa a Despesa em **R\$ 129.016.000,00** (cento e vinte e nove milhões e dezesseis mil reais).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação  
dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Lei  
4.320/64 com os desdobramentos detalhados nos relatórios anexos que integram o  
presente Projeto de Lei, resumidamente expostos a seguir:

1 –	RECEITAS CORRENTES	120.734.000,00
1.1 –	Receita Tributária	21.599.000,00
1.3 –	Receita Patrimonial	749.000,00
1.6 –	Receita de Serviços	370.000,00
1.7 –	Transferências Correntes	94.704.000,00
1.9 –	Outras Receitas Correntes	3.312.000,00
2 –	RECEITAS DE CAPITAL	8.282.000,00
2.1 –	Operações de Créditos	1.350.000,00
2.2 –	Alienação de Bens	200.000,00
2.4 –	Transferência de Capital	6.731.000,00
2.5 –	Outras Receitas de Capital	1.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação  
dos Quadros e Programas de Trabalho e Natureza da Despesa que representam os  
seguintes desdobramentos :

## I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO

01-	Legislativo	2.004.000,00
02-	Prefeitura	
02.01-	Gabinete do Prefeito e Dependências	5.623.500,00
02.02 -	Departamento de Planejamento	275.000,00
02.03-	Assessoria Jurídica	510.000,00
02.04-	Departamento Administrativo e Dependências	4.470.000,00
02.05-	Departamento Financeiro e Dependências	3.295.000,00
02.06-	Departamento de Obras	7.880.000,00
02.07-	Departamento de Serviços Públicos	6.930.000,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA<sup>2</sup>

ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.265, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

02.08-	Departamento de Saúde	35.143.600,00
02.09-	Departamento de Promoção Social e Dependências	4.167.000,00
02.10-	Departamento de Educação	34.462.900,00
02.11-	Departamento de Esporte, Recreação e Lazer	1.615.000,00
02.12-	Departamento de Pátio Municipal	1.786.000,00
02.13-	Departamento de Agricultura e Abastecimento	1.685.000,00
02.14-	Departamento de Trânsito	1.650.000,00
02.15-	Departamento de Cultura e Turismo	1.650.000,00
02.16-	Departamento de Habitação	400.000,00
02.17-	Departamento de Meio Ambiente	796.000,00
02.18-	Departamento de Gestão e Desenvolvimento	97.000,00
02.19-	Encargos Gerais do Município	14.506.000,00
02.99-	Reserva de Contingência	70.000,00
Total		129.016.000,00

## II- CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01-	Legislativa	2.004.000,00
04-	Administração	12.537.500,00
06-	Segurança Pública	1.305.000,00
08-	Assistência Social	6.527.000,00
09-	Previdência Social	9.457.000,00
10-	Saúde	35.143.600,00
12-	Educação	34.462.900,00
13-	Cultura	1.650.000,00
15-	Urbanismo	14.810.000,00
16-	Habitação	400.000,00
18-	Gestão Ambiental	796.000,00
20-	Agricultura	1.020.000,00
22-	Indústria	97.000,00
26-	Transporte	2.315.000,00
27-	Desporto e Lazer	1.615.000,00
28-	Encargos Especiais	4.806.000,00
99-	Reserva de Contingência	70.000,00
Total		129.016.000,00

## III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS

001 -	Processo Legislativo	2.004.000,00
002 -	Administração Geral	12.537.500,00
003 -	Urbanismo	15.959.000,00
006 -	Defesa Contra Sinistro	1.305.000,00
007 -	Assistência Social Geral	6.527.000,00
008 -	Assistência Médica e Sanitária	35.143.600,00
009 -	Educação Infantil	16.526.400,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA<sup>3</sup>**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.265, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.012.

010 –	Ensino Fundamental	14.338.000,00
011 –	Alimentação e Nutrição	2.423.000,00
012 –	Formação para o Setor Secundário	990.000,00
013 –	Promoção Cultural	1.650.000,00
014 –	Desporto Amador	1.615.000,00
015 –	Mecanização Agrícola	1.020.000,00
016 –	Habitação	400.000,00
017 –	Trânsito	1.650.000,00
018 –	Estradas Vicinais	665.000,00
020 –	Gestão Ambiental	796.000,00
021 –	Programa Gestão e Desenvolvimento	97.000,00
023 –	Previdência Social	9.457.000,00
024 –	Salário Família	7.000,00
025 –	Inativos	3.650.000,00
032 –	Peja	185.500,00
9999 –	Reserva de Contingência	70.000,00
Total		129.016.000,00

**IV – CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA**

**DESPESAS CORRENTES**

3.1.00.00.00.00-Pessoal e Encargos Sociais	113.038.500,00
3.2.00.00.00.00-Juros e Encargos da Dívida	60.930.000,00
3.3.00.00.00.00-Outras Despesas Correntes	1.006.000,00
	51.102.500,00

**DESPESAS DE CAPITAL**

4.4.00.00.00.00-Investimentos	15.907.500,00
4.5.00.00.00.00-Inversões Financeiras	12.606.500,00
4.6.00.00.00.00-Amortização da Dívida	1.000,00
	3.300.000,00

**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

9.9.99.99.00.00- Reserva de Contingência	70.000,00
	70.000,00
Total	129.016.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo é autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios frente ao efetivo comportamento da Receita.

Art. 5º - Fica ainda, o Executivo autorizado a:

- Realizar operações de crédito por antecipação da Receita, nos termos da legislação em vigor.
- Realizar Operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor
- Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente.

*M.*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA<sup>4</sup>

ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.265, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

d) Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso IV, do artigo 167, da Constituição Federal.

e) Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de 01 de Janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 19 de dezembro de 2012.

  
DR. ANTONIO NAUFEL  
Prefeito Municipal





# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

## PARECER JURÍDICO Nº 045/2013

**REFERÊNCIAS:** *Projeto de lei. Abertura de crédito adicional suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária. Possibilidade. Considerações.*

**INTERESSADOS:** Prefeita e Vereadores

A digníssima Chefe do Poder Executivo, por meio do Ofício nº 1.752/2013, protocolizado em 25/09/2013, em caráter de urgência urgentíssima, submete à apreciação dos nobres Vereadores o Projeto de Lei nº 111, de 24 de setembro de 2013, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária, visando – dentre outras demandas – a aquisição de merenda, material para operação tapa-buracos e medicamentos para a Farmácia do Povo.

Instada a se manifestar, esta Procuradoria o faz na forma que segue:

A Constituição Federal de 1988, dentre os mecanismos pertinentes ao sistema orçamentário, buscou sobremaneira prestigiar o Legislativo enquanto Poder que é, atribuindo-lhe o mister de legislar e de fiscalizar os atos do Poder Executivo.<sup>1</sup>

Vejamos:

**Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.**

**§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou dos Conselhos e Tribunais de Contas de Contas dos Municípios, onde houver.**

( ... )

Outrossim, dispõe nossa Lei Orgânica:

**Art. 8º - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, ressalvadas as especificadas no artigo seguinte, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, em especial sobre:**

( ... )

**II – Plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual, assim como créditos suplementares e especiais;**

( ... )

---

<sup>1</sup> JAMPAULO JÚNIOR, João. "O processo legislativo municipal: doutrina, jurisprudência e prática" – 2. ed. rev. ampl.. Belo Horizonte: Fórum, 2009, pág. 230.



# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

Com efeito, merece transcrição os seguintes dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a refôrço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Posto isso, nos valem das lições de HELY LOPES MEIRELLES<sup>2</sup>:

*"A previsão da receita e a fixação da despesa devem constar do orçamento, que é o plano anual de arrecadação e do emprego dos dinheiros públicos. Mas fatos supervenientes à aprovação do orçamento impõem à Administração a aplicação de novas verbas em obras, serviços e atividades não previstos nas dotações orçamentárias. Torna-se, assim, necessária a abertura de novos créditos, paralelos aos já existentes no orçamento."* (destacamos)

Nesse sentido, o aludido projeto pretende autorizar o Departamento de Finanças da Prefeitura a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.475.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais) destinado a atender insuficiência de dotação orçamentária para o exercício de 2013.

À primeira vista, pode-se questionar os motivos de um valor tão alto, mas a situação é bastante corriqueira, especialmente no primeiro ano dos novos mandatos, uma vez que as prioridades governamentais nem sempre são convergentes. Daí exsurge a interrogação:

### O que os vereadores devem observar num projeto desta natureza?

Novamente, o grande administrativista nos socorre:

*"Em todos os casos, porém, a Câmara deverá verificar se ocorrem as hipóteses legais que justificam sua abertura e se há recursos disponíveis para satisfazer as despesas, na forma exigida pela Lei 4.320, de 1964 (arts. 40-46), para os créditos*

---

<sup>2</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. "DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO". São Paulo: Malheiros Editores, 2008, 16ª ed., págs. 694/695.





# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

*suplementares e especiais. Deverá, igualmente, zelar para que as leis de abertura de créditos adicionais só incluam novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias...*

*A lei aprovadora do orçamento poderá já ter autorizado a abertura de créditos suplementares até determinado limite, o que então poderá ser feito por decreto, independentemente de lei especial."*

Nesse diapasão, tem entendido nosso Tribunal de Justiça:

"Com efeito, a Municipalidade de (...) encaminhou à Câmara pedido de autorização para a abertura de crédito orçamentário para atender limpeza pública, merenda escolar, iluminação pública e outras despesas. A Edilidade houve por bem solicitar várias informações que acabaram retardando a votação, razão porque a Prefeitura ajuizou esta medida cautelar nominada objetivando que o Poder Judiciário autorizasse a abertura desse crédito, sustentando a requerente da medida que a atitude da Câmara configurava desvio de finalidade.

O MM. Juiz houve por bem deferir a liminar postulada, permitindo que o Poder Executivo abrisse créditos suplementares suficientes para o pagamento de determinadas despesas contidas na inicial, excluindo outras que entendeu adiáveis; esta Câmara, ao julgar o Mandado de Segurança nº 184.667-1 concedeu efeito suspensivo ao agravo de instrumento tirado contra aludida liminar. E as razões ali consignadas levam ao acolhimento dos recursos.

De fato, **o Poder Judiciário não pode substituir atividade que é própria de outro Poder**. Cabe-lhe examinar se foram atendidos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, mas, como ressalta a lição do prof. Hely Lopes Meirelles: "**não pode adentrar o mérito da deliberações da Mesa, das Comissões ou do Plenário, nem deve perquirir as opções políticas (...).**" (Direito administrativo. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 606).

Comentando acerca dos créditos adicionais, observa o citado autor que: "**a Câmara deverá verificar se ocorrem as hipóteses legais que justificam a sua abertura, e se há recursos disponíveis para satisfazer as despesas (...).**" (Direito municipal brasileiro, 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 779).

De outro lado, há previsão constitucional no sentido de que **é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes** (art. 167, V, da CF).

Assim esta cautelar não tinha como vingar, pois na verdade pretendeu fazer com que o Judiciário fizesse as vezes do Legislativo na apreciação de matéria que era de sua competência exclusiva, o que, como visto, é vedado e enseja o acolhimento da preliminar de impossibilidade jurídica do pedido" (APELAÇÃO CÍVEL Nº 201.913-1/6. QUARTA CÂMARA CIVIL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Votação Unânime.)

Em outras palavras, o Poder Executivo tem o direito e o dever de obter as informações que julgar necessárias, desde que tal medida não acarrete prejuízo à





# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

Administração. Tampouco pode o Poder Judiciário adentrar no mérito (juízo de conveniência e oportunidade) das decisões políticas.

### CONCLUSÃO:

No tocante à constitucionalidade e legalidade do Projeto apresentado, ressaltados os requisitos legitimadores – que deverão ser analisados pelos nobres Vereadores – esta Procuradoria não vislumbra óbice jurídico ao seu regular prosseguimento.

S.M.J., é o parecer.

Mococa, 27 de setembro de 2013.

  
Donato César Almeida Teixeira  
Procurador Jurídico  
OAB/SP 238.618

Aprovo

  
Rener da Silva Amancio  
Assessor Jurídico  
OAB/SP 230.882



Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

Fls 1

PROTOCOLO

Número	Data	Rubrica
3371	30 / 9 / 13	JDS

DESPACHO

**APROVADO**

30 / 09 / 13

GUILHERME DE SOUZA GOMES  
Presidente

EMENTA

Requer regime de urgência  
Especial para matéria que especifica.

**REQUERIMENTO DE URGÊNCIA  
ESPECIAL**

Os Vereadores que o presente subscrevem, dentro das disposições Regimentais e após a manifestação do Nobre Plenário, tendo em vista a finalidade da propositura, requerem regime de urgência Especial para a seguinte matéria:

1- PROJETO DE LEI Nº.111/2013 – de autoria da Prefeita Municipal  
- Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 30 de setembro de 2013.

  
Autor



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**PROCESSO Nº1.345/2013.**

**PROJETO DE LEI Nº 111/2013.**

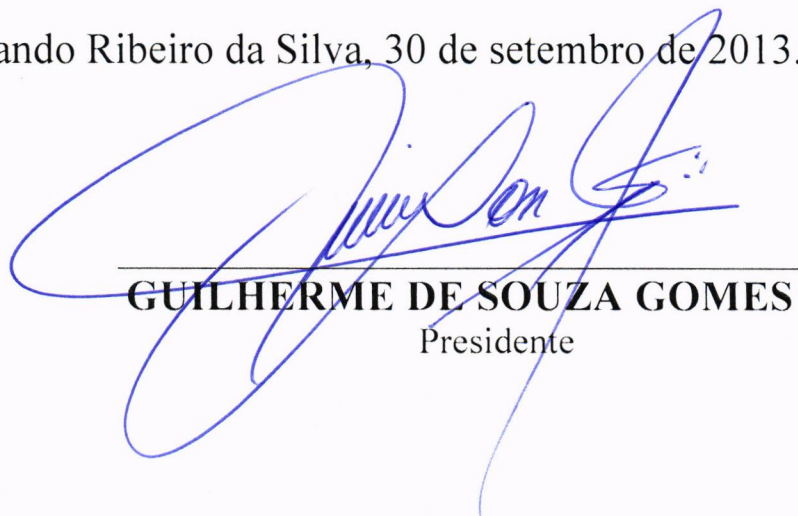
**REGIME DE TRAMITAÇÃO: URGÊNCIA.**

**DESPACHO**

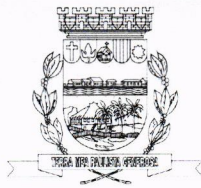
Nos termos do art. 193, do Regimento Interno da  
Câmara Municipal, nomeio como relator especial o(a) vereador(a)

BIM TALIBERTI.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 30 de setembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**GUILHERME DE SOUZA GOMES**  
Presidente





# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

### RELATOR(A) ESPECIAL

REFERÊNCIA :- Projeto de Lei nº111/2013.

INTERESSADA :- Prefeita Municipal Maria Edna Gomes Maziero

ASSUNTO : - Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.

RELATOR(A) ESPECIAL :-

Como relator(a) especial da presente matéria, após estudos detalhados da mesma, chego a conclusão que a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto Constitucional, Legal e Regimental, e estando meritoriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como está redigida, exarando parecer FAVORÁVEL, à sua aprovação.

Sala das Comissões Permanentes José Luiz Cominato, 30 de setembro de 2013.


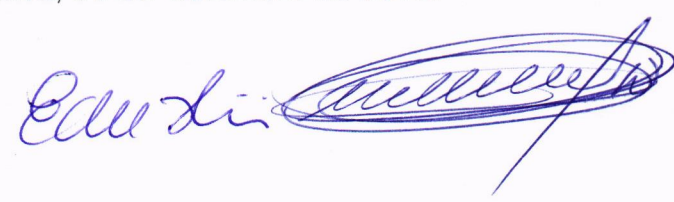

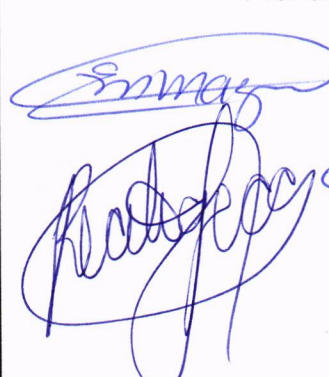
*Ally Kelly AL*

---



Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

Fls 1

PROTOCOLO			DESPACHO
Número	Data	Rubrica	<b>APROVADO</b> <u>30 / 09 / 13</u>
3.373	30 / 9 / 13	DOS	 GUILHERME DE SOUZA GOMES Presidente
REQUERIMENTO			EMENTA Requer convocação de Sessão Extraordinária para aprovação de matéria que especifica.
<p>Os Vereadores que o presente subscrevem, após a manifestação do Nobre Plenário, tendo em vista a urgência da matéria, requerem a realização de uma Sessão Extraordinária, logo após a realização da presente Sessão, para deliberar; em fase de 2ª. Discussão sobre a seguinte propositura:</p> <p>1- PROJETO DE LEI Nº.111/2013 – de autoria da Prefeita Municipal - Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.</p> <p>Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 30 de setembro de 2013.</p> <div></div>			



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**PROCESSO Nº. 1.145/2013.**

**PROJETO DE LEI Nº.111/2013.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: URGÊNCIA.**

**DESPACHO**

Encaminho o presente Projeto de Lei à Comissão  
de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Mococa, 30 de setembro de 2013.

**GUILHERME DE SOUZA GOMES**  
Presidente





**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

**PROCESSO Nº. 1.145/2013.**

**PROJETO DE LEI Nº.111/2013.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: URGÊNCIA.**

**RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO**

DATA DO RECEBIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão

**NOMEAÇÃO DE RELATOR**

NOME: \_\_\_\_\_.

DATA DA NOMEAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

**PROCESSO Nº. 1.145/2013.**

**PROJETO DE LEI Nº.111/2013.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: URGÊNCIA.**

**RECEBIMENTO PELO RELATOR**

DATA DO RECEBIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Relator

-MOCOCA-		
PROTOCOLO		
NUMERO	DATA	RUBRICA
3416	30.9.13	JS



**APROVADO**

Sala das Sessões 30/09/13

GLAUCIERME DE SOUZA GOMES  
PRESIDENTE

## Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

### SOLICITAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSITURAS LEGISLATIVAS

VEREADOR REQUERENTE: Elisângela Marinho

#### PROPOSITURAS:

- ☐ - Emenda à Lei Orgânica do Município
- ☐ - Projeto de Lei Complementar
- ☐ - Projeto de Lei Ordinário
- ☐ - Projeto de Resolução
- ☐ - Projeto de Decreto Legislativo
- ☒ - Requerimento VERBAL
- ☐ - Indicação
- ☐ - Moção
- ☐ - Parecer

CÂMARA MUNICIPAL -MOCOCA-		
PROTOCOLO		
NUMERO	DATA	RUBRICA
122072013		

ASSUNTO: Retirada de Requerimento

#### HISTÓRICO

Solicitamos a retirada do  
Requerimento de Urgência referente  
ao Projeto que autoriza a  
abertura de Crédito Adicional Suplementar  
na

Emma  
Elisângela M. M. Breganoli  
Vereadora



DEISE CAMARA MOCOCA &lt;deisecamaramococa@gmail.com&gt;

**Urgente - por favor vai em votação extraordinária dia 07/10/2013**

1 mensagem

**DEISE CAMARA MOCOCA** <deisecamaramococa@gmail.com>

4 de outubro de 2013 15:56

Para: consultoria@ndj.com.br

À

NDJ

Por solicitação do Vereador Francisco Sales Gabriel Fernandes, solicitamos um parecer jurídico quanto ao que preleciona no art.5º., "c", da Lei nº.4.265/2012, se é permitida tal suplementação pelo Projeto de Lei nº.111/2013, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Atenciosamente

Guilherme de Souza Gomes

Presidente

---

**2 anexos****111 Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.PDF**

230K

**4265 Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mococa, para o exercício de 2013.PDF**

362K



CONSULTA/6647/2013/MN

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA – SP

At.: Sr. Guilherme de Souza Gomes – Presidência

**Câmara Municipal – Projeto de lei, de iniciativa da prefeita, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária – A autorização para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais até determinada quantia, importância ou percentual sobre o orçamento de despesas deve estar na Lei Orçamentária Anual e quando há superação do limite legal deve ser editada lei municipal específica – Fontes de recursos – Excesso de arrecadação – Comparação entre “receita prevista” e a “receita realizada” – Processo legislativo – Instrumentalização – Exposição de motivos contendo um quadro demonstrativo de excesso de arrecadação – Razoabilidade – Considerações.**

#### **CONSULTA**

*“Por solicitação do Vereador Francisco Sales Gabriel Fernandes, solicitamos um parecer jurídico quanto ao que preleciona no art. 5º, 'c', da Lei nº 4.265/2012, se é permitida tal suplementação pelo Projeto de Lei nº 111/2013, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal?”*

#### **ANÁLISE JURÍDICA:**

Como é sabido, o planejamento orçamentário – mediante elaboração e aprovação do PPA, LDO e LOA – é essencial para uma boa administração e gestão

financeira e uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal; todavia, algumas circunstâncias fáticas podem ensejar correção de algumas distorções constatadas no decurso da execução do orçamento. Daí a necessidade de modificar o orçamento mediante créditos adicionais.

De qualquer maneira, gostaríamos de observar e enfatizar que o inc. V do art. 167 da Constituição exige *autorização legislativa específica* para a abertura de créditos adicionais, observando-se que:

a) se a Lei Orçamentária Anual (LOA) contemplar essa autorização e fixar o limite (ver inc. I do art. 7º da Lei nº 4.320/64 c/c letra c do art. 5º da Lei municipal 4.265/12), a Chefe do Poder Executivo poderá abrir créditos adicionais em favor de tais e quais órgãos ou entidades municipais *mediante decreto* (ver art. 42 da Lei nº 4.320/64), não havendo, pois, necessidade alguma de obter nova autorização legislativa; e

b) se a LOA não contemplou autorização para abertura de créditos adicionais ou, por tal e qual motivo, o limite porcentual autorizado na LOA foi superado, a Chefe do Poder Executivo deverá desencadear, tantas e quantas vezes, o processo legislativo da lei autorizadora da abertura de novos créditos adicionais.

Destarte, como a Administração Consulente poderá perceber, como o valor desse *crédito adicional suplementar* supera o limite estabelecido na LOA, a abertura desse crédito está condicionado à aprovação, pelo Plenário cameral, da proposta legislativa acostada à presente consulta.

Por sua vez, esclareça-se que as fontes de recursos para abertura de créditos adicionais são aquelas previstas e definidas nos parágrafos do art. 43 da Lei nº 4.320/64, quais sejam: *superávit financeiro*, *excesso de arrecadação*, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias e produto das operações de crédito.

Aliás, de acordo com a definição legal de *excesso de arrecadação*, a comparação que se faz é entre a “receita prevista” e a “receita realizada” e, por isso, é recomendável que o processo legislativo da lei ora em comento esteja devidamente instrumentalizado com exposição de motivos contendo a atualização das estimativas

de receitas para o exercício, comparando-as com as que constam da LOA, memória de cálculo que especifique quais receitas apresentam excesso e, se possível, a tendência de manutenção de tal excesso para o exercício, podendo ser tudo consubstanciado num quadro demonstrativo de excesso de arrecadação (ver, por analogia, § 8º do art. 38 da Lei federal nº 12.708/12 – LDO da União).

Enfim, em nossa opinião, em face das Leis de Responsabilidade Fiscal e do Orçamento, não vislumbramos nenhum óbice oponível à apreciação e, se for o caso, aprovação pelo Plenário cameral, da proposta legislativa ora em análise.

São Paulo, 8 de outubro de 2013.

Elaboração:



Marcos Nicanor S. Barbosa  
OAB/SP 87.693

Aprovação da Diretoria NDJ



Angelo Iadocico  
Superintendente





Donato Teixeira <donato@camaramococa.com.br>

Urgente



1 mensagem

DEISE CAMARA MOCOCA <deisecamaramococa@gmail.com>4 de outubro de 2013 15:45

Para: donato@camaramococa.com.br

Por solicitação do Vereador Francisco Sales Gabriel Fernandes, solicitamos um parecer jurídico quanto ao que preleciona no art.5º., "c", da Lei nº.4.265/2012, se é permitida tal suplementação pelo Projeto de Lei nº.111/2013, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal?

2 anexos

-  4265 Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mococa, para o exercício de 2013.PDF  
362K
-  111 Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.PDF  
230K



# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

## PARECER JURÍDICO Nº 048/2013

**REFERÊNCIAS:** *Leis que dispõem sobre abertura de crédito adicional suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária. Inexistência de antinomia. Necessidade de autorização legislativa. Considerações.*

**INTERESSADOS:** Vereador Francisco Sales Gabriel Fernandes

O diligente edil, ao apreciar o Projeto de Lei nº 111, de 24 de setembro de 2013, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária, lembra que a Lei nº 4.265, de 19 de dezembro de 2012, que estima receita e fixa despesas do Município para o exercício de 2013, em seu art. 5º, alínea "c", autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito supra até um limite de 10%.

Posto isso, a dúvida do parlamentar é a seguinte:

**É permitida tal suplementação pelo Projeto de Lei nº 111/2013, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal?**

A resposta é SIM.

Com efeito, tratando-se de questão referente a orçamento e normas de direito financeiro, o primeiro diploma legal de que nos valem é a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Vejamos:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

**Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.



# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

Nesse sentido, HELY LOPES MEIRELLES<sup>1</sup> nos ensina:

***A lei aprovadora do orçamento poderá já ter autorizado a abertura de créditos suplementares até determinado limite, o que então poderá ser feito por decreto, independentemente de lei especial.***

No entanto, ainda que o Poder Executivo JÁ ESTIVESSE AUTORIZADO a abrir (por decreto) o crédito suplementar, nos termos da Lei nº 4.265/2012, é notório que este seria insuficiente para atender às demandas citadas no Projeto de Lei nº 111/2013, daí a NECESSIDADE DE NOVA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA.

E não poderia ser diferente, uma vez que – ante os princípios da anualidade orçamentária e eficiência administrativa – a lei deve ser adaptada às contingências do Poder Público que, em última análise, visa ao bem comum.

Ademais, no sentido da legalidade e legitimidade do Projeto nº 111/2013, sobre o qual já tivemos oportunidade de nos manifestar em nosso Parecer de nº 45/2013, oportuno lembrar o disposto no art. 167, § 2º da Constituição da República (que corrobora o período anual da vigência dos créditos orçamentários):

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, **salvo se** o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, **caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.**

Daí pode decorrer uma dúvida pertinente:

**Mas não somos obrigados a seguir à risca a Lei Orçamentária feita para regular no exercício seguinte?**

A melhor resposta é DEPENDE, eis que o Princípio da Anualidade Orçamentária comporta certa mitigação, ou seja, vale dizer que o mesmo não pode “engessar” a atividade administrativa.

Em interessante artigo<sup>2</sup> denominado “Impactos da anualidade orçamentária na alocação dos recursos públicos”, apresentado ao Instituto Serzedello Corrêa – ISC-TCU, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Orçamento Público, o autor - Leonardo César Ribeiro – cita com acerto:

Êstes princípios [princípios orçamentários] podem ser úteis como meio de se estudar alguns aspectos do processo orçamentário. Se considerados, todavia, como mandamentos, são completamente irrealis. Os Governos com excelentes sistemas orçamentários violam essas regras com bastante freqüência. (BURKHEAD, 1971, p. 140)

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. “DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO”. São Paulo: Malheiros Editores, 2008, 16ª ed., págs. 694/695.

<sup>2</sup> Retirado de: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053736.PDF>. Acessado em 07/10/2013.





# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

Há provavelmente apenas um princípio passível de ser útil – aquele da adequação operacional. O ciclo orçamentário e o processo orçamentário devem ser capazes de resolver os problemas governamentais que surgirem. Isto significa que se deve dar ênfase à flexibilidade e à adaptabilidade, e não a um ideal que se pretenda seja imutável. (BURKHEAD, 1971, p. 140)

Ademais, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), imprescindível a observância dos seguintes dispositivos:

**Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.**

**Art. 16.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

**I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

**II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.**

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

**I - adequada com a lei orçamentária anual**, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

**II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias**, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas. (...)

**Art. 17.** Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º **Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (...)**

Por fim, por sua costumeira clareza e pertinência temática, trazemos à baila pontuais orientações do E. TCE/MG:

**[Abertura de créditos especiais. Indicação de existência de recursos financeiros]** A abertura de créditos suplementares depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa, além de ser precedida de exposição justificativa. Entre os recursos que podem ser comprometidos para a abertura de créditos suplementares, que se encontram enumerados no art. 43 da Lei nº 4.320/64, estão "os resultantes de anulação parcial ou total de dotações





# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei". (...) alicerçado nos princípios do planejamento e da transparência, respondo (...) que não pode a Lei orçamentária ou mesmo outro diploma legal no município, admitir a abertura de créditos suplementares, sem indicar o percentual sobre a receita orçada municipal, limitativo à suplementação de dotações orçamentárias previstas no orçamento (Consulta n. 742472. Rel. Cons. Wanderley Ávila. Sessão do dia 07/05/2008).

**[Alteração da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. Limite percentual para a abertura de créditos suplementares mediante remanejamento]** (...) as realocações de recursos decorrentes de remanejamentos de um órgão para outro ou de uma categoria de programação para outra devem ser previamente autorizadas por lei específica, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição da República. E quanto aos créditos suplementares oriundos de recursos provenientes de superávit financeiro, excesso de arrecadação, operação de crédito ou anulação parcial ou total de dotação orçamentária do mesmo órgão e mesma categoria de programação, não existe vedação que os desautorize até o limite estabelecido na própria lei orçamentária. Se tal limite esgotar-se antes do término do exercício, deverão ser solicitadas novas autorizações ou a majoração do limite, verificando-se os reflexos de tais medidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e no plano plurianual (PPA) (Consulta n. 735383. Rel. Cons. Adriene Andrade. Sessão do dia 25/7/2007).

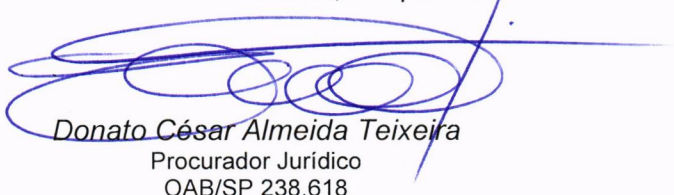
**[Créditos adicionais. Iniciativa e motivação]** (...) no sistema prescrito pelo legislador constituinte de 1988, compete ao chefe do Executivo, nos três níveis de governo, tanto a iniciativa da lei orçamentária anual como a de abertura de créditos suplementares ou especiais, podendo a lei de meios autorizar a suplementação orçamentária até determinado limite. No entanto a abertura de créditos adicionais deve ser precedida de exposição de motivos, sendo que o respectivo ato deve indicar a fonte dos recursos para fazer face à despesa, a qual se pode originar de superávit financeiro, excesso de arrecadação, anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou operações de crédito. (...). O grau de rigidez do orçamento público almejado pela Constituição da República busca evitar prejuízos para a administração, fortalecendo-o como instrumento de planejamento das ações governamentais, priorizando, especialmente, a gestão fiscal responsável preconizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/00 (Consulta n. 723995. Rel. Cons. Moura e Castro. Sessão do dia 03/10/2007).

## CONCLUSÃO

Uma vez observados os preceitos contidos na Constituição da República e legislação federal pertinente, não há qualquer conflito entre a Lei Municipal nº 4.265, de 19 de dezembro de 2012 e o Projeto de Lei nº 111, de 24 de setembro de 2013.

S.M.J., é o parecer.

Mococa, 07 de outubro de 2013.

  
Donato César Almeida Teixeira  
Procurador Jurídico  
OAB/SP 238.618

Aprovo

Rener da Silva Amancio  
Assessor Jurídico  
OAB/SP 230.882



DEISE CAMARA MOCOCA &lt;deisecamaramococa@gmail.com&gt;

**urgente**

1 mensagem

**DEISE CAMARA MOCOCA** <deisecamaramococa@gmail.com>

8 de outubro de 2013 14:42

Para: consultas@grifon.com.br

A

Conceituada Assessoria Grifon

Por solicitação do Vereador Francisco Sales Gabriel Fernandes, solicitamos um parecer jurídico quanto ao que preleciona no art.5º., "c", da Lei nº.4.265/2012, se é permitida tal suplementação pelo Projeto de Lei nº.111/2013, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Atenciosamente

Guilherme de Souza Gomes

Presidente

**2 anexos**

 **111 Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.PDF**  
230K

 **4265 Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mococa, para o exercício de 2013.PDF**  
362K



GRIFFON BRASIL ASSESSORIA LTDA.  
CENTRO DE ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA - CEAP  
11-3666.2551 – consultas@grifon.com

## RELATÓRIO DE CONSULTA

À

Câmara Municipal de Mococa

Aos cuidados do Dr. Francisco Sales Gabriel Fernandes

Data da consulta: 08/10/2013

Data da resposta: 10/10/2013

Consulta nº. 0002.0000.8624/2013

### Questionamento:

Solicitamos um parecer jurídico quanto ao que preleciona no art.5º., “c”, da Lei nº.4.265/2012, se é permitida tal suplementação pelo Projeto de Lei nº.111/2013, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal?

### Conclusão:

## **1- Da consulta formulada**

Trata-se de consulta que traz questionamento acerca legalidade e constitucionalidade do projeto de lei que encaminha em anexo.

O Projeto de Lei sob análise autoriza a abertura de crédito adicional suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.

Ante a consulta formulada, cabe tecer as seguintes considerações.

## **2- Do orçamento e da necessidade de autorização legislativa para abertura de crédito especial suplementar**

Inicialmente, vejamos o conceito de Orçamento:

“Instrumento legal que fixa os recursos públicos a serem aplicados, a cada ano, nas ações de governo. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora dele, mas nem tudo que ele prevê é executado pelo governo federal. A lei que fixa o orçamento é aprovada pelo Congresso Nacional, mas tem caráter autorizativo - não sendo, portanto, imposição legal. Sempre que houver a necessidade de realização de despesas acima do limite previsto na lei, o Poder Executivo submete ao Congresso Nacional projeto de lei de crédito adicional”. Conceito extraído do sitio <http://www.orcamento.org/> em 04/11/2008.

(Fonte: Conceito extraído do sitio <http://www.orcamentobrasil.com>, acessado em 09/10/2013)

A propósito, na esfera municipal a *lei orçamentária anual* deverá compreender o orçamento fiscal dos Poderes Municipais, dos seus Fundos, órgãos e entidades da



Administração direta e indireta; o orçamento de investimento das empresas em que o Poder Público, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; orçamento da Seguridade Social (art. 165, §5º, CF/88).

Sobre a lei orçamentária anual discorreremos que, quando da sua aprovação, conterà créditos orçamentários, também denominados créditos iniciais, os quais estarão distribuídos nos programas de trabalho que compõem o Orçamento Geral do Ente Federativo. Ocorre que muitas vezes a Lei Orçamentária Anual não prevê a realização de determinados dispêndios ou não dispõe de recursos suficientes para atendê-los no exato momento em que deveriam ser efetuados.

Assim, denomina-se como “insuficientemente dotada” aquela despesa que, embora prevista pela LOA, não dispõe de recursos suficientes que atendam ao dispêndio em questão. Já aquelas despesas não dotadas de recursos na lei orçamentária e que em face da influência de diversos fatores necessita ser executada denomina-se de “não computadas”.

Para solucionar ambos os casos, adota-se o mecanismo de créditos adicionais. *São eles autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento.* Em outras palavras, os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários, sendo “fundamental para oferecer flexibilidade e permitir a operacionalidade de qualquer sistema orçamentário” e que visam a atender as seguintes situações: corrigir falhas da LOA; mudança de rumos das políticas públicas; variações de preço de mercado de bens e serviços a serem adquiridos pelo governo; e situações emergenciais imprevistas.

Nos termos da Constituição Federal (art. 165), a apresentação de projetos de lei referente ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, *créditos suplementares e especiais é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo (Prefeito).*

Desta feita, tecnicamente, no que tange ao aspecto formal (iniciativa), o projeto de lei em comento está em conformidade com a legislação que rege o assunto.

Agora, a regra fundamental é que toda a realização de despesa depende de previsão na lei orçamentária.

Com isso, a despesa pública guarda estrita observância ao princípio da legalidade, sendo que, nenhuma despesa pode ser levada a efeito sem lei que a autorize e que determine o seu montante máximo.

Neste sentido leciona Hely Lopes Meirelles:

“A despesa pública deve realizar-se em estrita consonância com o princípio da legalidade, que, nos termos da Constituição da República, impõe não só a autorização legislativa para a sua efetivação como, também, a fixação legal do quantum do dispêndio autorizado (art. 165, §8º). Do princípio da legalidade, tal como consagrado no texto constitucional, resultam as vedações abrangendo a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais; a transposição de recursos de uma dotação orçamentária para outra sem previa autorização legal; a abertura de crédito especial ou suplementar também sem anterior autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; a concessão de créditos ilimitados; a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista (CF, art. 167). (Meirelles, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2007, pg. 283)

Seguindo, a Constituição Federal estabelece em seu art. 167, inciso V, que a abertura dos créditos suplementares e especiais **depende de prévia autorização legislativa e da indicação dos recursos correspondentes**.

Por sua vez, a Lei Federal n.º 4.320/1964 assim define os créditos suplementares e especiais:

**Art. 40 – São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.**

**Art. 41 – Os créditos adicionais classificam-se em:**

**I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;**

**II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;**

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

[...]

Art. 42 – Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

(grifos nossos)

O art. 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964 permite a utilização dos seguintes recursos para a abertura dos créditos suplementares e especiais:

Art. 43 – A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

(grifos nossos)

Sobre os créditos suplementares, comenta HELY LOPES MEIRELLES:

“Quando os créditos orçamentários, inclusive, os créditos especiais, abertos e aditados ao orçamento anual, são ou se tornam insuficientes, a legislação autoriza a abertura de créditos suplementares. Estes estão assim diretamente

relacionados ao orçamento. Suplementam-se, pois, os créditos do orçamento anual.” (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*, São Paulo: Malheiros, 2007, pg. 85)

Importante ressaltar que nos casos de abertura de crédito com anulação parcial de dotações orçamentárias será necessário que os recursos estejam disponíveis e descomprometidos.

Muito bem, a norma sob análise indica os recursos correspondentes, sendo estes determinados pelo art. 43, § 1º, II, da Lei 4.320 de 1964, conforme anteriormente disposto.

Ressalte-se, ainda, que o Projeto de Lei foi acompanhado de exposição de justificativa (item obrigatório segundo o “Caput” do art. 43 da Lei mencionada):

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

A propósito, sobre o tema, convém trazer a baila as seguintes ementas de consultas respondidas pela Corte de Contas Mineira:

[Alteração da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. Limite percentual para a abertura de créditos suplementares mediante remanejamento]

(...) as realocações de recursos decorrentes de remanejamentos de um órgão para outro ou de uma categoria de programação para outra devem ser previamente autorizadas por lei específica, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição da República. E quanto aos créditos suplementares oriundos de recursos provenientes de superávit financeiro, excesso de arrecadação, operação de crédito ou anulação parcial ou total de dotação orçamentária do mesmo órgão e mesma categoria de programação, não existe vedação que os desautorize até o limite estabelecido na própria lei orçamentária. **Se tal limite**



esgotar-se antes do término do exercício, deverão ser solicitadas novas autorizações ou a majoração do limite, verificando-se os reflexos de tais medidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e no plano plurianual (PPA)

(Consulta n.º 735383. Rel. Cons. Adriene Andrade. Sessão do dia 25/7/2007, grifos nossos)

[Suplementação de crédito especial. Autorização legislativa] (...) como modificação que é do orçamento, o crédito suplementar do crédito especial, que objetiva reforçar dotação orçamentária aberta por crédito especial, sujeita-se à prévia autorização legislativa e à indicação dos recursos que o sustentarão.

(Consulta n.º 702853. Rel. Cons. Moura e Castro. Sessão do dia 15/02/2006)

Com isso temos que a Lei Orçamentária Anual, via de regra, traz em seu texto, a previsão prévia e genérica de autorização para abertura, por decreto, de créditos suplementares (art. 165, § 8º da Constituição). Não existe uma limitação imposta para esse percentual, eis que nem a Constituição Federal de 1988 (art. 165, § 8º) e nem a Lei nº 4.320 (art. 7º, I) opõem qualquer teto nominal ou percentual. Contudo, a Corte de Contas Paulista, no âmbito da recomendação, sugere que esse limite não seja excessivo, já que *“em nível elevado, aquela prévia concessão descaracteriza a função do Legislativo, abrindo portas para o déficit orçamentário e, dele decorrente, o aumento da dívida pública”*. (Fonte: <http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/images/manual-gestao-financeira-prefeitura-municipal.pdf>, acessado em 09/10/2013)

Uma vez esgotado esse limite previamente estabelecido na LOA, antes do término do exercício financeiro, pode o Executivo solicitar ao Poder Legislativo novas autorizações ou a majoração do limite, verificando-se os reflexos de tais medidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e no plano plurianual (PPA), devendo indicar os recursos que o sustentarão.

Destarte, entendemos que o presente Projeto de Lei, também no que tange ao aspecto material, observou os mandamentos constitucionais e a Lei Federal que trata da

matéria, pois abriu o crédito adicional mediante instrumento legal e determinou o fundo para atender as despesas.

### **3- Conclusão**

Finalizando, este Centro de Estudos da Administração Pública conclui que o projeto de lei em comento não demonstra violação de nenhum aspecto formal ou material de constitucionalidade ou legalidade, razão pela qual emite parecer favorável ao prosseguimento do processo legislativo tendente a transformá-lo em ato normativo.

É o Parecer!

**F.N.C.R.**

**P.A.S (AAA)**

**Ana Paula Santos Soares de Paula**, OAB/SP 316.068, Pós-graduada em Direito Constitucional pelo Instituto Toledo de Ensino.

**André Palmeira Alves**, OAB/SP 328.366, Pós-graduando em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (GV Law).

**Carla Costa Lanciano**, OAB/SP 257.315, Especialista em Direito Público pela UNIDERP - Universidade Anhanguera e LFG - Instituto Luiz Flávio Gomes.

**Cristiane Zangirolamo Fidelis**, OAB/SP 235.500, Especialista em Direito Administrativo pela PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**Fabiana Nader Cobra Ribeiro**, OAB/SP 181.098, Pós Graduanda em Direito Público pela UNIDERP - Universidade Anhanguera e LFG - Instituto Luiz Flávio Gomes.

**Felipe Clasen Diogo**, OAB/SP 179.278-E.

**Fernando Silva Tosi**, OAB/SP 198.229-E

**Flávia Cristina Rodrigues e Rodrigues**, OAB/SP 235.544, Especialista em Direito Empresarial pela EPD - Escola Paulista de Direito.

**Flaviano Hoth de Barros**, OAB/SP 219.824, Pós-graduando em Direito Público pela UNIDERP - Universidade Anhanguera e LFG - Instituto Luiz Flávio Gomes.

**Paola Sorbile Caputo**, OAB/SP 238.204, Especialista em Direito Administrativo pela PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**Pedro Jose Rocha e Silva**, OAB/SP 314.869.

**Samir Moraes Nader**, OAB/SP 240.186, Especialista em Direito Administrativo pela UCAM - Universidade Candido Mendes/Prominas.

**Soraya Mendes**, OAB/SP 259.493.

#### **Orientadores:**

**Jairo Bessa de Souza**, OAB/SP 44.649, Especialista (nível mestrado) em Direito Constitucional pela PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**Joaquim Fonseca**, OAB/SP 314.215, Bacharel em Direito pela Universidade Anhembi Morumbi, Especialista em Direito Constitucional pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus, Mestrando em Direito Difuso e Coletivo - e Contador CRC/SP 124.373.

**Kelly Eguchi Priori**, OAB/PR 39.752, Especialista em Direito Tributário pela Unicuritiba.

**Márcio de Paula Antunes**, OAB/SP 180.044.

**Pollyane de Almeida Santos**, OAB/MG 85.377, Especialista em Direito Público pela Faculdade Newton Paiva - MG.

**Ricardo Victalino de Oliveira**, OAB/SP 251.443, Especialista em Direito Público pela EPD, Mestre em Direito do Estado pela USP - Universidade de São Paulo, Doutorando em Direito do Estado pela USP - Universidade de São Paulo, Professor de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

#### **Colaboradores:**

**Adolpho Henrique de Paula Ramos**, Especialista em Direito Processual pela UBM (Centro Universitário de Barra Mansa).

**André Rovegno**, Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP; Doutor em Direito do Estado pela USP.



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**VOTAÇÃO NOMINAL**

SESSÃO : 35ª. SESSÃO ORDINÁRIA – 1º. PERÍODO.  
DATA : 14 DE OUTUBRO DE 2013.  
HORÁRIO : 20 HORAS.  
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA.  
MATÉRIA : PROJETO DE LEI Nº 111/2013.  
TURNO : 1ª. DISCUSSÃO  
PROCESSO : 1.345/2013.

VEREADORES		VOTOS		
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE
1-	AGIMAR ALVES	X		
2-	ALOYSIO TALIBERTI FILHO	X		
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	X		
4-	EDUARDO ANTÔNIO BAISI	X		
5-	EDUARDO RIBEIRO BARISON	X		
6-	ELIAS DE SISTO	X		
7-	ELISÂNGELA M. MAZIERO BREGANOLI	X		
8-	FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO	X		
9-	FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES	X		
10-	GUILHERME DE SOUZA GOMES	X		
11-	LUIZ BRAZ MARIANO	X		
12-	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA	X		
13-	ODAIR ANTÔNIO DA SILVA		X	
14-	RENATO GONÇALVES DA FONSECA	X		
15-	SÉRGIO ROBERTO DE SOUZA	X		
TOTAL:.....				

**RESULTADO**

Votos Favoráveis: 14  
Votos Contrários : 1  
Ausentes :  
Total : 15

1º Secretário





Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

**VOTAÇÃO NOMINAL**

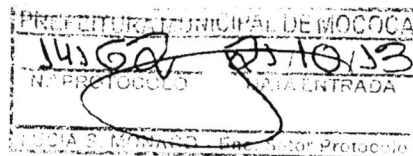
SESSÃO : 23ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 1º. PERÍODO.  
DATA : 14 DE OUTUBRO DE 2013.  
HORÁRIO : HORAS.  
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA.  
MATÉRIA : PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº013/2013.  
TURNO : 2ª. DISCUSSÃO  
PROCESSO : 1.431/2013.

VEREADORES		VOTOS		
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE
1-	AGIMAR ALVES	X		
2-	ALOYSIO TALIBERTI FILHO	X		
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	X		
4-	EDUARDO ANTÔNIO BAISI	X		
5-	EDUARDO RIBEIRO BARISON	X		
6-	ELIAS DE SISTO	X		
7-	ELISÂNGELA M. MAZIERO BREGANOLI	X		
8-	FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO	X		
9-	FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES	X		
10-	GUILHERME DE SOUZA GOMES	X		
11-	LUIZ BRAZ MARIANO	X		
12-	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA	X		
13-	ODAIR ANTÔNIO DA SILVA		X	
14-	RENATO GONÇALVES DA FONSECA	X		
15-	SÉRGIO ROBERTO DE SOUZA	X		
TOTAL:.....				

**RESULTADO**

Votos Favoráveis: 14  
Votos Contrários : 1  
Ausentes :  
Total : 15

1º Secretário



# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

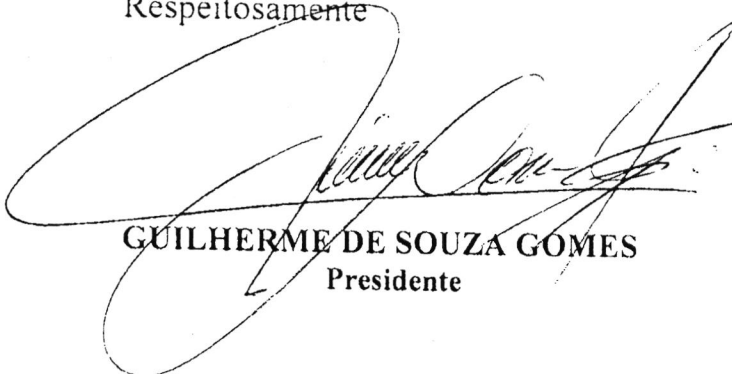
Ofício nº.1.047/2013-CM.

Mococa, 15 de outubro de 2013.

Excelentíssima Senhora Prefeita:

Anexamos para as devidas providências, cópia do Autógrafo nº.100/2013, referente ao Projeto de Lei nº.111/2013, aprovado em sessão extraordinária realizada no dia 14 de outubro último.

Respeitosamente



**GUILHERME DE SOUZA GOMES**  
Presidente

Exma. Sra.  
Maria Edna Gomes Maziero  
Prefeita Municipal de  
Mococa

Edifício "Dra. Esther de Figueiredo Ferraz"  
Praça Marechal Deodoro, 26 - Centro - CEP 13.730-047 - Mococa -SP  
Telefone: (19) 3656-0002 - Email: camaramococa@yahoo.com.br

[www.camaramococa.sp.gov.br](http://www.camaramococa.sp.gov.br)



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**AUTÓGRAFO Nº 100 DE 2013.**

**PROJETO DE LEI Nº 111/2013.**

*Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária.*

Art. 1º - Fica autorizado o Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal de Mococa, a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 20.475.000,00** (vinte milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais), destinado a atender insuficiência de dotação orçamentária para o exercício de 2.013, conforme discriminação abaixo:

<b>3.3.90.30.00</b>	<b>MATERIAL DE CONSUMO</b>	
12.306.0009.2.000	MERENDA ESCOLAR NÃO PERECÍVEIS, CARNE E HORTIFRUTIGRANJEIROS	1.205.000,00
15.452.0017.2.000	CONCRETO BETUMINOSO E EMULSÃO	1.000.000,00
<b>3.3.90.32.00</b>	<b>MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÕES GRATUITAS</b>	
10.302.0015.2.000	MEDICAMENTOS	3.000.000,00
<b>3.3.90.34.00</b>	<b>OUTRAS DESPESAS PESSOAL DECORR. TERCEIRIZAÇÃO</b>	
10.302.0035.2.000	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	7.170.000,00
<b>3.3.90.36.00</b>	<b>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA</b>	
04.122.0002.2.000	ESTAGIÁRIOS	550.000,00
<b>3.3.90.39.000</b>	<b>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA</b>	
15.451.0021.2.000	CIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA, SABESP E TELES P	1.300.000,00
10.302.0015.2.000	SANTA CASA CONVÊNIO Nº 051/2010	3.625.000,00
15.452.0017.2.000	HORAS MÁQUINAS	1.000.000,00
10.302.0015.2.000	INTERNAÇÃO DEPENDENTES QUÍMICOS	1.000.000,00
<b>3.3.90.47.00</b>	<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (PASEP)</b>	
28.846.0000.0.000	PASEP MENSAIS (1%)	500.000,00
<b>4.6.90.71.00</b>	<b>PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO</b>	
28.843.0000.0.000	F.G.T.S. PARCELAMENTO	125.000,00
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.475.000,00</b>

Art. 2º - Consideram-se recursos, para cobertura dos créditos do artigo anterior, os provenientes de excesso de arrecadação.

Parágrafo Único – Entende-se por excesso de arrecadação, para fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Câmara Municipal de Mococa, 15 de outubro de 2013.**

**GUILHERME DE SOUZA GOMES**  
Presidente

**LUIZ BRAZ MARIANO**  
1º. Secretário

**FRANCISCO S. G. FERNANDES**  
2º. Secretário